



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 26ª reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2019

1 Em 21 de fevereiro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Vanessa
5 Coelho Naves, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Rodrigo Carvalho Fernandes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária
7 e Abastecimento (Seapa); Fernando Antônio de Souza Costa, da
8 Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério
9 da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio Resende de Souza, da
10 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
11 (Emater); Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
12 Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor
13 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto
14 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
15 Gerais (Faemg); Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na
16 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Tobias Tiago Pinto Vieira, do
17 Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral de Melo, da Universidade
18 Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional de
19 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1)**
20 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
21 Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Vanessa Coelho Naves
22 declarou aberta a 26ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3)**
23 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
24 Tobias Tiago Pinto Vieira: “Talvez a minha fala demore um pouquinho, mas eu
25 preparei para nós tratarmos dos assuntos que são muito importantes e
26 relevantes para o momento. Primeiro eu gostaria que cada um que nos
27 momentos anteriores, nas últimas reuniões, falou que barragem eram estruturas
28 firmes, que não precisávamos de preocupar com a sua estabilidade, que neste
29 momento repensem o que conversamos há três reuniões. Que em tese um
30 laudo de estabilidade seria apresentado a cada dois anos, não para onerar cada
31 vez mais as Suprams que iriam avaliar esses laudos, mas, sim, para dar
32 garantia de estabilidade de muita barragem que tem por aí sem a cobrança
33 desses laudos. Eu gostaria de manifestar aqui o nosso repúdio pelo acontecido
34 em Brumadinho. É claro que jamais gostaríamos que isso acontecesse em
35 nosso Estado. E nós, da sociedade civil, jamais vamos culpar os técnicos que,
36 por algum momento, avaliaram algum laudo ou licenciaram um empreendimento
37 como aquele em que aconteceu aquele desastre, mas, sim, vamos criticar a

38 falta de estrutura que o Estado tem mostrado ano após ano. Não é culpa da
39 SEMAD. Eu quero deixar isso muito bem claro. Eu vou discordar, vou tratar
40 disso mais à frente na minha fala, mas é mérito dos governos que vêm
41 sucateando a Secretaria ano após ano. Olhando pela necessidade de controle
42 do Estado, nós temos também que olhar pela perspectiva de estrutura, que
43 tinha todos os laudos, que tinha todos os monitoramentos, vistorias, e mesmo
44 assim causou impacto, um dano e um desastre como aquele que aconteceu.
45 Então a necessidade de controle é iminente, uma vez que nos traz um pouco
46 mais de certeza é garantia de que isso não vai acontecer mais vezes. Agora
47 imaginem vocês que estruturas das quais não são exigidas essas estabilidades
48 são tampouco monitoradas ou fiscalizadas a contento. Imaginem isso quando
49 nós olhamos a barragem de irrigação. Fica aqui meu manifesto, e reitero a
50 necessidade de laudo de estabilidade de barragem para armazenamento de
51 água, que seja acima de 2 milhões m³, 5 milhões m³, 10 milhões m³, o que for,
52 mas que alguma norma tem que ser feita para que nós tenhamos a garantia de
53 que não tenhamos mais desastre com danos ambientais assim como ocorreu.
54 Já é o segundo momento em minha minúscula carreira profissional que eu me
55 deparo com um acontecido como esse. Eu era conselheiro no COPAM quando
56 aconteceu em Mariana, e agora, por uma coincidência, eu voltei ao Conselho
57 tem pouco tempo – eu acho que seis, sete meses – aconteceu novamente. Isso
58 não é culpa de ninguém, não estou querendo achar culpados, mas o Estado, o
59 governo estadual tem que atentar e da estrutura para a Secretaria de Meio
60 Ambiente. Mas foi engraçada uma fala que eu escutei na reunião do Fórum
61 Mineiro de Comitês que aconteceu na última semana, falando que o povo não
62 dá valor e que é por isso que os governantes não dão estrutura. Faz sentido
63 quando se para pra pensar que eles põem dinheiro nas secretarias de Cultura
64 ou outras coisas. Não estou dizendo que uma é mais importante que a outra,
65 mas eu quero dizer que existe uma imensa necessidade de se estruturar para
66 maior controle e fiscalização utilizando a Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
67 Hoje eu olho para trás e vejo inúmeras irregularidades no processo como, por
68 exemplo, eu, Tobias, se tiver algum amigo ou conhecido que tenha processo
69 pautado na reunião ou quiçá um cliente, eu não posso me manifestar, segundo
70 o Regimento Interno do COPAM. Mas vamos olhar por outra perspectiva, que
71 outros membros em outras posições aqui nesses Conselhos, não só na CAP,
72 mas como na CMI, representam instituições que têm total interesse e defendem,
73 custe o que custar, os empreendedores e, mesmo assim, têm o potencial de
74 voto e podem se manifestar. É engraçado isso, sendo que a fonte de recurso
75 das instituições são as empresas. Eu não quero citar nomes aqui e cargos, mas
76 isso acontece em várias Câmaras, a fonte arrecadadora da instituição é
77 diretamente ligada com as indústrias ou com outros usuários, potencialmente,
78 que estão sendo licenciados, e eles podem se manifestar. Eu não consigo
79 entender como que isso ainda permanece após vários e vários anos de
80 Conselho. Não vamos amadurecer essa conversa? Vai ficar sempre aquele que

81 defende, custe o que custar, o empreendedor e aquele que fica às vezes
82 tentando uma coisa diferente, melhorar algum controle aqui e ali. Então é um
83 ponto que devemos pensar. E outra coisa, a briga que existe entre usuário e
84 sociedade civil é a pior tolice que eu já vi na minha vida. Existe isso desde o
85 começo do COPAM. Eu, como sociedade civil, já cansei de ser massacrado
86 aqui. Na época das Unidades Regionais Colegiadas, eu cansei de ter
87 discussões calorosíssimas com a Fiemg, cansei de ter discussão, sendo que o
88 que estávamos pedindo era um controle maior. Então tem que parar e
89 desmistificar que nós, sociedade civil, estamos contra o empreendedor. Não
90 existe isso. Eu quero que fique isso bem claro. Segundo, vocês presenciaram
91 aqui, várias vezes, eu pedir para criarmos normas quanto aos ditos piscinões.
92 Vocês lembram? Eu falei várias vezes, assim como pedi das barragens. O
93 Estado não fez nada, deixou rolar. Eu cheguei a trazer aqui um inquérito civil
94 público que o Ministério Público moveu para o IGAM criar essas normas e, no
95 mesmo inquérito, decretar área de conflito na Bacia do Escuro. Eu fiquei
96 solicitando isso aqui no Conselho porque eu sabia que a Promotoria ia fazer
97 alguma coisa. Conclusão: a Promotoria conseguiu uma liminar, após acossar
98 essa ação civil pública, contra o IGAM, que agora proíbe o IGAM de sequer
99 analisar processos de outorga com reservação em piscinão sem cadastro de
100 projeto básico, responsável técnico e correspondente plano de operação e
101 segurança. Além disso, em 60 dias, o IGAM vai ter que intimar todos os
102 usuários para que tenham essas tais estruturas para o agronegócio,
103 direcionadas ao agronegócio, para adequar segundo as normas brasileiras de
104 regulação e apresentação do responsável técnico para assim suprimir essas
105 debilidades que existem no processo. E após o prazo de intimação os usuários
106 terão 180 dias para se adequarem com apresentação de projeto hidráulico,
107 responsabilidade técnica, plano de operação e segurança da estrutura. E ainda
108 na liminar os piscinões acima de 15 m de altura e 3 hectómetros de volume
109 devem apresentar também o plano de ação emergencial. Ou seja, agora a
110 situação complicou bastante. Para quem? Para os usuários, que não poderão
111 nem ter seus novos pedidos analisados e serão intimados para fazer essa
112 regularização. E acredito que as unidades regionais e o IGAM vão acatar, não
113 vão descumprir isso. É uma ação civil pública de R\$ 10 milhões. Enfim, ninguém
114 deu atenção à sociedade civil, o Estado não fez nada, a discussão ficou calada.
115 Eu lembro até que teve um membro, não sei se da Faemg, que falou 'não tem
116 necessidade disso, porque são estruturas minúsculas'. Ok, eu também acho
117 que são minúsculas, mas nós tínhamos que ter feito alguma coisa. Agora, da
118 minúscula à maior que existir, eles vão ter que apresentar tudo isso. E eu acho
119 ainda que vai continuar esse impasse por um tempo. Por quê? O piscinão, o
120 atestado de segurança ou alguma coisa nesse sentido vai ser atrelado ao
121 licenciamento e não vai ser atrelado à outorga, que é diretamente na captação.
122 Então isso ainda vai demorar um tempo para se resolver dentro do Estado.
123 Então eu temo que isso vai trazer um prejuízo enorme para os agricultores que

124 utilizam essas estruturas, além de eles terem que agir com velocidade. Esse foi
125 um dos assuntos que rolaram no Fórum Mineiro de Comitês. É difícil de a gente
126 ainda insistir e falar alguma coisa uma vez que nós vemos que a força da
127 sociedade civil, por mais que nós queremos ajudar, queremos controle,
128 queremos apoiar as Suprams, queremos ter um bom convívio, queremos
129 resolver de forma igualitária, preservar o meio ambiente, nós somos
130 massacrados aqui várias vezes. E no Fórum Mineiro de Comitês foi feita uma
131 moção ainda para que mude essa estrutura. O único aqui que fica defendendo o
132 meio ambiente, enfim, sou eu, e pode ser que a Rosa. Isso não acontece de
133 agora. Eu estou fazendo esse relato aqui porque tomara que essa moção que o
134 Fórum Mineiro de Comitês fez vá para frente, porque nós temos que mudar
135 essa estrutura aqui. Por mais que nós tenhamos a vontade e participação de
136 usuários, nós vamos ter que balancear isso aqui, não tem mais condição de
137 continuar como está. E por último, em terceiro lugar, falando dessa lei do
138 orçamento que existe, do sucateamento do Estado, eu tive oportunidade, no
139 ano passado, e vim aqui pedir que as compensações ambientais da minha
140 região, que é o Noroeste de Minas, retornassem para Paracatu. Eu falei isso
141 aqui na CAP, falei na CPB, falei na CMI. E não lembro quem era o presidente,
142 que falou assim: 'Infelizmente aqui nós não podemos fazer nada'. Inclusive, na
143 CPB, eu vim representando o usuário. Eu pedi para representar aqui para pedir
144 para o dinheiro voltar, não é para falar que não ia pagar, é para voltar o dinheiro
145 para Paracatu. E eles não fizeram nada. Mas aí eu insisti, bati nisso, reclamei, e
146 o presidente falou assim: 'Eu te convido a participar da LOA', da Lei
147 Orçamentária. Só que eu não tive essa oportunidade, infelizmente, mas tive a
148 curiosidade de olhar e avaliar o que foi definido no orçamento e tenho aqui
149 alguns dados engraçados. Eu destaquei dois itens da Lei Orçamentária, que
150 são o orçado e a despesa corrente. Na SEMAD nós temos 29% do que está
151 previsto no orçamento que são despesa corrente, dentre SEMAD, FEAM, IGAM,
152 Fhidro etc. São 29%, o que equivale a R\$ 138 milhões. E o orçado é de R\$ 471
153 milhões. E quando nós olhamos por outro lado nós temos a Seapa, que tem 6%
154 do orçado; 6% do orçado para a Seapa está em despesa corrente. Eu não
155 estou, de forma alguma, querendo dizer que Meio Ambiente é mais importante
156 do que Seapa, mas estou querendo dizer, novamente: nós temos que balancear
157 a estrutura. Essa diferença de 29% para 6% significa que a Secretaria Estadual
158 de Meio Ambiente vai ter 71% para estar fazendo fiscalização, veículo,
159 combustível, estrutura e tudo mais, e a Seapa vai ter ainda 94%. Então eu, já de
160 antemão, gostaria de pedir para este Conselho. Não é agora, nós não
161 precisamos de mexer nem dar nenhuma sugestão para a Assembleia mexer em
162 LOA nem nada, porque não vai adiantar. Mas para que este Conselho, não só a
163 CAP, mas o COPAM todo amadureça uma moção para que solicitemos à
164 Assembleia Legislativa que equilibre essa balança, que busque trazer mais
165 recurso para nós termos condição de fiscalizar, para ter condição de visitar
166 essas mineradoras, para visitar agricultor. E em conjunto disso nós também

167 bolarmos um meio, entre aspas, de ‘premiar’ aqueles que não foram autuados.
168 Hoje existe um medo horroroso de fiscalização, e nós não sabemos como
169 dirimimos esse problema na nossa região. Falou em fiscalização, está todo
170 mundo tremendo com medo que a fiscalização vai vir. Eu acho que não é a
171 solução. Nós vamos dar estrutura para fazer essa fiscalização melhor feita, dar
172 uma estrutura para o Estado, para criarmos normas. Nós temos dificuldade para
173 comprar a minha passagem para vir para a reunião, isso é um absurdo.
174 Sinceramente. Quem mora em Belo Horizonte não sente a dificuldade. Eu tenho
175 que entrar no ônibus lá em Paracatu, ontem, 9h30 da noite, para chegar aqui 6h
176 da manhã para participar da reunião. Eu não tenho condição nem de escolher a
177 viação em que eu quero vir. Eu tenho que vir em uma só, definida pelo Estado,
178 porque o orçamento previa só aquilo. Isso é brincadeira. Então nós temos que
179 pensar muito bem como é que vamos resolver esses problemas e usar de
180 algumas ferramentas de premiação para quem não for autuado nessas
181 fiscalizações. Recentemente, um cliente meu foi fiscalizado. A FEAM foi lá,
182 conferiu tudo, belezinha, não teve problema, não teve multa, não teve nada.
183 Então qual é o problema da fiscalização? É a fiscalização ou é o
184 empreendedor? Então é isso que nós temos que desmistificar no Estado
185 também. E eu acho que fazermos alguma ferramenta de premiação para quem
186 não foi autuado é de fundamental importância para começar a aproximar o
187 usuário do Estado. Porque fica: o Estado licencia, o usuário toca para lá, e
188 ninguém quer contato um com o outro. Eu acho que isso tem que diminuir e
189 aproximar mais um do outro. Por fim, eu espero que todos tenham absorvido o
190 que eu falei de forma muito sensata. Eu não quero causar discórdia, eu não
191 quero trazer nenhuma manifestação prejudicial a este Conselho, o qual eu
192 sempre respeitei muito. Mas também quero alertar para esses pontos que nós
193 vimos falando há muito tempo e que em poucas vezes fomos ouvidos.”
194 Presidente Vanessa Coelho Naves: “Obrigada, conselheiro Tobias. Eu queria só
195 dizer que, quanto às barragens de água para irrigação, elas estão incluídas na
196 Lei Nacional de Segurança de Barragens, e a execução dessa fiscalização é do
197 Instituto Mineiro de Gestão das Águas, e o IGAM tem tomado as providências
198 para implementação da Política de Segurança de Barragens também no Estado
199 de Minas Gerais, tendo criado, inclusive, uma área específica para esse fim
200 dentro do IGAM. Essa situação dos chamados piscinões, são grandes
201 reservatórios de água. Por não estarem localizados em cursos d’água, eles
202 realmente não são de competência do IGAM no âmbito da outorga, mas eu
203 entendo que possamos desenvolver uma política de avaliação dessas
204 estruturas, seja no licenciamento ambiental ou seja na outorga. Afinal de contas,
205 são estruturas de armazenamento da vazão outorgada e captada. Agradeço a
206 preocupação do conselheiro no que toca o orçamento do Estado para o Meio
207 Ambiente. A SEMAD e seus órgãos vinculados realmente são um pouco
208 penalizados com essa distribuição. E agradeço a preocupação.” Conselheiro
209 Tobias Tiago Pinto Vieira: “Só complementando sobre os piscinões. De fato, eu

210 citei o IGAM na minha fala porque a ação civil pública foi contra o IGAM, e a
211 liminar proíbe o IGAM de receber enquanto não tiver essas normas. Receber e
212 analisar. Tanto que eu estive conversando com o pessoal das URGAs, e eles
213 falaram ‘tem armazenamento de piscinão, eu paro aqui’. Então isso vai ser um
214 prejuízo muito grande para os usuários, e eu acho que nós temos que evoluir.
215 Essa mesma fala que você fez, ‘nós vamos fazer alguma coisa’, os últimos
216 presidentes falaram a mesma coisa. Eu preciso que algo caminho, porque na
217 minha região do Comitê do Paracatu, eu sou coordenador da Câmara Técnica
218 de Outorga e Cobrança, então dia sim, dia não, eles me ligam: ‘E aí?’ Saiu essa
219 liminar lá, o meu telefone tocou acho que 50 vezes: ‘O que nós vamos fazer?’
220 ‘Não sei.’ Porque no Estado não tem nada definido. Então vamos evoluir. Eu
221 solicito isso, novamente, seja dentro da CAP, seja no Conselho Estadual de
222 Recursos Hídricos, seja em conjunto, mas vamos evoluir, precisamos fazer
223 alguma coisa.” Conselheira Rosa Maria Medeiros: “Eu acho que o Tobias falou
224 coisas muito importantes. O nosso dia a dia posterior a 25 de janeiro é de um
225 escândalo após o outro, uma indignação após a outra. Enfim, eu não vou entrar
226 no mérito de tantos pontos que ele abordou, mas eu acho assim: não só o
227 sucateamento do Estado na área ambiental, como federal também, eu me alio a
228 esse tema. Mas nós temos que ficar muito atentos às alterações de legislação.
229 Isso é que vimos perdendo, acho que a sociedade civil perde muito espaço.
230 Realmente, temos aqui vários representantes, de várias organizações, mas
231 quem está lá mesmo em cada local, em cada instalação de empreendimento,
232 realmente essas pessoas não são ouvidas. E não só não ouvidas, como não
233 validadas. São questões que acabam sendo relevadas, existe uma
234 compensação aqui, uma condicionante ali, como se esses problemas
235 estivessem resolvidos, e não estão. Se olharmos bem, a maioria das manchetes
236 hoje que falam sobre a tragédia, o crime, estão falando sempre em mortos e
237 desaparecidos e poucas falam no número de pessoas que foram desalojadas,
238 estão desabrigadas, perderam suas casas, seus comércios, seus negócios. Não
239 tem um quantitativo. Uma ou outra notícia vai falando sobre isso, agora que está
240 entrando a história das indenizações da Vale e tal. Enfim, esse número, essas
241 pessoas, que são cidadãos comuns, que perderam não só suas casas, mas
242 perderam milhares de referências ali. Eu não vou nem entrar porque realmente
243 me comovo. Mas, enfim, eu queria falar disso, das alterações de legislação, que
244 temos que ter melhor atenção e melhor controle social, sim. Eu acho que a
245 sociedade precisa participar muito mais, e nós precisamos dar outro tipo de voz
246 a essas falas, outro ouvido a essas falas, na verdade. E não podemos deixar de
247 colocar aqui para um debate futuro, enfim, da nossa estrutura política como um
248 todo, das nossas composições de Assembleia Legislativa, de nossa composição
249 da Câmara Federação. Enfim, são tantas nuances que estão aí nos engessando
250 e fazendo com que uma tragédia aqui tenha amarrações estratosféricas para ter
251 acontecido.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “Inicialmente, eu queria dar
252 as boas-vindas à Vanessa, nossa alegria de tê-la aqui, cumprimentar pela sua

253 nova função também, importante função. E umas rápidas palavras. De fato, fica
254 difícil para nós, desde esse último evento de Brumadinho, que vai ser tema aqui
255 da nossa reunião, as instituições participativas, que é o caso aqui da CAP, e
256 todas as outras – eu também represento Comitê de Bacia Hidrográfica etc. –,
257 em todos esses fóruns, em todas essas reuniões, esse tema tem sido tratado.
258 Evidentemente, nós temos que tocar nesse tema. Mas eu serei muito breve,
259 apenas concordando com as palavras do Tobias, sempre atento. Eu acho que o
260 pessoal do Mover está sempre atento a questões ambientais, e as
261 preocupações deles são muito legítimas, sempre foram. E eu, como
262 conselheiro, estou de pleno acordo com o que ele tem colocado. E também com
263 o que a Rosa colocou. A conselheira Rosa, do Ibama. Que é um dos pontos que
264 eu também considero um dos alicerces do problema que temos vivido: a
265 questão de legislação, a questão de termos de referência. Afinal de contas, eu,
266 desde que aconteceu o desastre de Brumadinho, passei aquele fim de semana
267 no computador lendo tudo, todos os processos relacionados, até para ver se eu
268 estava ali, se por acaso eu estava ali como conselheiro de alguma reunião que
269 aprovou alguma coisa. E a nossa fragilidade aqui como conselheiro é muito
270 grande porque, de fato, como disse a Rosa, nós trabalhamos aqui sobre regras,
271 sobre legislação, sobre termo de referência. Nós e os funcionários do Sisema
272 temos que respeitar isso, não podemos aqui criar uma regra, criar uma nova
273 questão. E está muito claro para todos nós, pelo menos quem milita nessa
274 questão ambiental, que essa corrente tem vários elos. Um desses elos, como
275 estamos destacando aqui, é a questão da legislação, das Câmaras, das
276 Assembleias Legislativas, que não discutiram essa questão – nós sabemos
277 disso – aqui em Minas Gerais. Com todo respeito a todos nós que estamos aqui
278 no Estado – eu sou Estado –, mas as instituições de ensino e pesquisa, o Crea,
279 todos nós. Essa corrente, então, como diz o presidente do Comitê do Rio das
280 Velhas na primeira reunião que tivemos após o evento: ‘Todos nós temos um
281 pouco do pé na lama’. Infelizmente, todos nós temos. Mas o que eu gostaria
282 que destacar é que precisamos aprofundar essa crise mesmo para que alguma
283 coisa mais importante mude. Eu, por exemplo, nessa minha análise de que eu
284 falei com vocês que eu fiz, um dos problemas que senti foi um erro, um
285 momento errado do Estado, de que eu participei, o momento das URCs. Porque
286 como se coloca para discutir mineração em uma URC que tem representantes
287 que não entendem absolutamente nada disso? Então eu falei ‘puxa vida, coitado
288 desses conselheiros que são da sociedade civil, que são de órgãos de governo’.
289 Eu, como engenheiro agrônomo, o que eu entendo de uma barragem de
290 irrigação, de alteamento a montante, sei lá o quê? Ora, eu acho que foi um
291 momento prejudicado da sociedade que nós passamos. Felizmente, nós
292 voltamos a ter as Câmaras Técnicas Especializadas, como a nossa. Aqui todos
293 nós entendemos desse assunto, tecnicamente falando, então eu acho que a
294 sociedade fica muito mais protegida com essa forma de estudar o problema.
295 Esse é um ponto, eu acho que a URC foi um equívoco que aconteceu de ela

296 analisar todos os processos. Eu acho que foi um momento equivocado que
297 passamos. Mas felizmente está superado esse aspecto. Agora um outro ponto,
298 que eu também sou membro de Comitê e do Conselho Estadual de Recursos
299 Hídricos, no caso, como suplente da Secretaria de Agricultura, é uma questão
300 que temos também que rever, esse dissociamento do Sistema de Meio
301 Ambiente do Sistema de Recursos Hídricos. Estamos passando da hora de unir
302 esses dois sistemas, haja vista que uma barragem sempre se faz em cima de
303 um curso d'água, você praticamente mata um curso d'água ao construir uma
304 barragem desse tipo, de mineração. As consequências são totais e plenas aos
305 recursos hídricos, aos seres humanos, à sociedade civil, à economia e tudo
306 mais. Mas e o rio? Como é que um Comitê fica fora de um processo desse?
307 Então a leitura que nós tivemos a oportunidade de fazer foi no sentido de que
308 essa crise nós temos que todos, sem exceção, mudar a nossa forma, o nosso
309 comportamento em relação a isso. E é o momento, então, para fazermos
310 reflexão e, de fato, passar essa história a limpo.” Presidente Vanessa Coelho
311 Naves: “Obrigada, conselheiro. Infelizmente, tentamos aprimorar, evoluir, mas
312 muitas vezes a duras penas. Eu queria também só destacar que o Sistema
313 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, apesar de a legislação federal
314 ter instituído sistemas separados, aqui no Estado de Minas sempre procuramos
315 tratar conjuntamente o Sistema de Meio Ambiente com o de Recursos Hídricos.
316 É uma integração difícil até em função da legislação independente para os dois
317 sistemas, mas é uma situação que a SEMAD procura resolver. Mesmo hoje em
318 dia a outorga de recursos hídricos ter passado para competência exclusiva do
319 IGAM, os técnicos do IGAM analisam conjuntamente com os técnicos da
320 Supram os processos de licenciamento que demandam recursos hídricos. Então
321 tem essa integração ainda na análise dos processos, uma vez que o IGAM
322 instituiu núcleos regionais dentro de cada Supram. Mas agradeço muito as
323 palavras.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Bom dia a todos. Doutora
324 Vanessa, bom dia, seja bem-vinda. Eu acho que nós somos colegas,
325 agrônomos, e eu tenho dois aspectos para levantar aqui. O primeiro é o
326 seguinte. Achei interessante que o conselheiro Enio levantasse a identidade dos
327 recursos hídricos com o restante do sistema, até porque eu trabalho também
328 como consultor ambiental e dependo de as outorgas estarem no jeito e
329 aprovadas para seguir o processo de licenciamento ambiental. E eu queria lhe
330 falar, particularmente, que tem no mínimo dez outorgas minhas presas desde
331 2009, as chamadas outorgas solteiras. Eu acho que já está na hora de liberar
332 um pouquinho, porque está segurando, em nível de campo, a situação. Outro
333 ponto que eu gostaria de conversar é que já existe um movimento, que
334 brevemente chegará aqui, da Associação dos Avicultores de Minas Gerais, da
335 qual eu estou como diretor técnico, de levar para o governador a intenção de
336 rever essa relação agrossilvipastoril com o meio ambiente. Até porque a forma
337 como está sendo colocada aqui é bem clara, está precisando de mais
338 aprofundamento. E eu tenho certeza de que não estou enganado. Eu faço parte

339 dessa equipe, nós estamos redigindo um documento simples, que brevemente
340 chegará ao órgão ambiental nesse sentido. E o terceiro ponto, que é o mais
341 doloroso, eu não sei o que vai ser mostrado sobre barragem aqui, mas eu me
342 lembro de que, há duas reuniões, o colega Tobias e eu estávamos defendendo
343 aqui um número maior de laudos de estabilidade em um processo aqui, em uma
344 barragem de água, vamos falar assim, muito grande na região de Paracatu. E
345 foi aceito pelos colegas da Supram da região, foi aceito pelo empreendedor, que
346 estava aqui, de ser feito não um laudo por ano e, sim, dois laudos de
347 estabilidade por ano. Depois houve um argumento aqui dentro da Câmara de
348 que seria muito caro. Muito caro foi o número de vidas perdidas, muito cara foi a
349 perda de hortaliças, frutas, bovinos ao longo desse trajeto que esse resíduo fez.
350 Eu queria pedir que revissem essa posição aqui. E o terceiro ponto é um ponto
351 de vista particular. Eu acho que muitos se lembram aqui do rompimento da
352 barragem de Cataguases. Quem representou o Crea no Rio de Janeiro foi eu. E
353 eu tenho certeza absoluta, quero até estar errado disso, do que aconteceu em
354 Cataguases. Era uma barragem de rejeitos de uma indústria de celulose, era
355 lixívia, um material altamente tóxico. O inspetor do Crea passou o sábado à
356 tarde lá e viu merejando nas ombreiras e pensou assim: 'Segunda-feira eu vou
357 tomar uma providência'. Ela estourou no meio daqueles cânions domingo à
358 tarde, foi parar lá nas praias de Campos. Eu acompanhei esse trajeto. O que eu
359 quero dizer? Eu quero dizer a mesma coisa que eu já disse em todos os locais
360 em que pediram minha opinião, inclusive dentro do Crea. Eu não estou dizendo
361 que houve erro técnico nem acerto. O que eu quero dizer é que barragem,
362 principalmente no sistema montante, precisa de um monitoramento, de vigiar, e
363 não é só por piezômetro, é equipe treinada para rodar nela o dia inteiro para ver
364 o seguinte: está molhado aqui, bota a mão, vê se tem solo molhado com água.
365 E por que eu estou dizendo isso? Eu estou dizendo isso porque, via de regra, é
366 assim que ocorre. E se nós olharmos no filme, na verdade, a barragem de
367 Brumadinho não estourou, ela cedeu bem no meio. A senhora sabe o que é
368 isso? Está sendo erodido o subsolo, e a água sempre busca o caminho mais
369 fácil para ela. E no momento que cedeu, desculpa a expressão, já devia ter um
370 buracão lá embaixo, por falta de monitoramento, que já devia estar sendo visto
371 nas ombreiras de saída dela. Tanto é que ela não estourou, ela cedeu. Pode
372 olhar no filme aqui. Sabe o que quer dizer isso? Que tinha um buracão aberto
373 bem no meio. Para onde foram essa água e esse solo. Essa água merejou, e
374 esse solo ficou agarrado, como se fosse uma espécie de chorume no pé das
375 ombreiras ou alguma coisa assim. Eu não estou dizendo que foi isso, mas, via
376 de regra, não houve erro de cálculo, não houve erro não sei de quê. O que
377 houve, sim, espero estar errado, foi falta de monitoramento, que só piezômetro
378 não resolve. Desculpe eu me expressar dessa forma, mas eu também estou me
379 sentindo muito mal com isso, porque aonde a gente vai pergunta para a gente
380 qual é a sua opinião nesse sentido. 'Já que você é um profissional de campo,
381 você mexe com outras barragens, qual é a sua opinião?' A minha opinião é

382 essa, e eu gostaria de estar errado.” Conselheiro Lucas Amaral de Melo: “Bem-
383 vinda, Vanessa, ressaltando o que os conselheiros já falaram. Mudando um
384 pouquinho de assunto, eu não estou dizendo que o assunto anterior não seja
385 importante. Inclusive, é o ponto de pauta principal talvez da reunião. Mas só
386 para expressar uma preocupação mais relacionada com a minha área. Eu
387 gostaria de saber, não precisa nem responder agora, mas talvez buscar
388 informações sobre isso: como está o processo, no Estado, a respeito do registro
389 e oficialização de plantio de espécies nativas. Porque temos um grande
390 problema, que de certa forma vem com o que o conselheiro Emílio disse, de
391 gerar conhecimento, buscar informações, gerar possibilidades. Hoje tem um
392 gargalo muito grande, proprietários têm interesse em plantar espécies nativas,
393 mas um receio muito grande de, daqui a 20 anos, não terem o respaldo do
394 Estado para poderem cortar. E isso gera um problema ambiental gigantesco,
395 porque uma vez que as espécies são demandadas, se não houver plantio, vai
396 se tirar de nativas. E nós sabemos que essa pressão é muito grande. Então
397 fugindo só um pouquinho do que já foi discutido, eu gostaria de saber isso. Aí
398 eu dou um exemplo – já falei isso em outra reunião – da candeia. No Sul de
399 Minas tem empresas plantando candeia e, até onde eu sei, estão tendo que
400 fazer a exploração – começaram a fazer no ano passado – por meio de plano
401 de manejo, como se aquele candeal não fosse plantado, fosse um candeal
402 nativo. Isso tira toda a perspectiva econômica de plantar e fazer novamente,
403 porque, uma vez que tem gastos com plantio, manejo e silvicultura, é muito mais
404 barato fazer plano de candeal nativo. Eu estou dando o exemplo da candeia
405 porque é uma coisa que está acontecendo, mas isso envolve várias outras
406 espécies que têm potenciais.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Obrigada,
407 conselheiro. Eu fico até um pouco mais à vontade para falar sobre esse
408 assunto, que está diretamente relacionado com a área que assumi
409 recentemente no IEF. A legislação estadual já estabeleceu o procedimento para
410 cadastro e corte de floresta com espécies nativas. O Estado ficou com um lapso
411 na regulamentação mais fina, ao nível do procedimento operacional mesmo,
412 mas estamos trabalhando já na elaboração de um decreto que regulamenta a
413 Lei Florestal. O decreto foi elaborado no ano de 2018, inclusive com a
414 participação da Seapa e de outros setores, dos setores afetos ao assunto, e nós
415 estamos com a minuta pronta, em análise jurídica, e aguardamos que seja
416 publicada o mais breve possível nos próximos dias. A principal meta do IEF
417 neste ano de 2019 é trazer um melhor fluxo para as autorizações de floresta
418 plantada, seja de nativa ou de exótica. Uma melhoria no sistema de controle
419 também da vegetação nativa por meio da adesão ao Sinaflor, que foi feita
420 recentemente. E estamos trabalhando intensamente no aprimoramento da
421 legislação. Já temos, inclusive, a minuta da norma infralegal, que será uma
422 resolução, para tratar desse procedimento. E esperamos que o mais breve
423 possível tenhamos um sistema eletrônico, até mesmo para facilitar os registros,
424 os cadastros e as declarações de plantio para floresta de colheita, para floresta

425 plantada.” Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes: “Nós sempre apregoamos
426 tanta sinergia, mas o grande trabalho hercúleo é colocar em prática. E
427 felizmente acho que esta nova gestão já deu sinais bem claros de que não vai
428 ficar só no discurso. Talvez esse seja o exemplo mais emblemático. Nós
429 passamos o finalzinho de dezembro de 2018, e praticamente a nossa primeira
430 agenda em janeiro foi justamente para fazer esse decreto o mais democrático e
431 aplicável possível, o decreto de autorização para intervenção ambiental e
432 exploração florestal no Estado de Minas. Participaram ativamente os órgãos
433 governamentais, a Associação Mineira de Indústria Florestal nos ajudou, a
434 Faemg. Então eu posso te assegurar que está sendo feito a diversas mãos, a
435 nossa coirmã SEMAD com a Seapa, na visão holística que a sustentabilidade
436 tem que ser. Então ninguém está negligenciando a dimensão ambiental, mas
437 também os pilares sociais e econômicos estão sendo analisados, sobretudo o
438 setor produtivo e, mais ainda, o produtor rural. Depois podemos até qualificar
439 mais, analisar com mais cuidado a sua demanda, mas eu posso te assegurar
440 que esse decreto vai vir o mais razoável possível, principalmente para o
441 produtor rural, empreendimento para o produtor rural.” Conselheiro Lucas
442 Amaral de Melo: “Só agradecer a informação e o empenho. Nós nos colocamos
443 à disposição. Eu trabalho com a pesquisa nessa área, basicamente, e para mim
444 é interessante também, principalmente porque há uma demanda muito grande
445 de produtores rurais e muita gente interessada, mas que ficam realmente com
446 medo do que vai ser: ‘Eu não tenho respaldo do Estado de que posso plantar,
447 produzir e que daqui a pouco eu vou poder colher’. Então eu me coloco à
448 disposição, agradeço as informações e o empenho e torço para que saia o mais
449 rápido possível. Não só para candeia, que é o exemplo que eu dei, que estou
450 mais próximo, mas para uma gama de espécies que temos de potencial
451 econômico gigantesco.” **4) EXAME DAS ATAS DA 24ª e DA 25ª REUNIÕES.**
452 Baixada em diligência a ata da 24ª reunião da Câmara de Atividades
453 Agrossilvipastoris, realizada em 20 de dezembro de 2018, para inclusão de
454 transcrição integral das manifestações registradas durante a apreciação do item
455 7.2, conforme solicitação do representante do Movimento Verde de Paracatu.
456 Aprovada por unanimidade a ata da 25ª reunião da Câmara de Atividades
457 Agrossilvipastoris, realizada em 24 de janeiro de 2019, com as seguintes
458 alterações: – Linha 100, substituir a palavra “somos” por “fomos”; – Linha 110,
459 onde está escrito “Se vai servir grupo de trabalho”, lê-se “Se vai ser via grupo de
460 trabalho.” Votos favoráveis: Seapa, MAPA, Emater, Ibama, AMS, Faemg,
461 Fetaemg, Mover, Ufla e Crea. Ausências: Seda e Segov. **5) INFORMAÇÕES**
462 **SOBRE O DESASTRE DA BARRAGEM 1 / MINA CÓRREGO DO FEIJÃO.**
463 **Apresentação: SEMAD.** Daniel dos Santos Gonçalves/SEMAD fez
464 apresentação sobre ‘licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais e o
465 desastre da Vale em Brumadinho/MG’. O conteúdo da exposição foi
466 disponibilizado no site do Sisema. **Manifestações.** Conselheiro Tobias Tiago
467 Pinto Vieira: “Eu acho que ainda ficou uma lacunazinha para falar, Daniel, até

468 pedir a sua ajuda nesse assunto, para deixar um pouco mais claro o que mudou
469 da 217 para a 74, que foi a questão da LAC. Não existia esse cenário para
470 classes 4 e 5, a LAC1 e LAC2, que não existiam na 74 e que hoje a 217 vem
471 trazendo isso, e foi um grande avanço, inclusive, para postos de gasolina, por
472 exemplo, que antes era considerado classe 4, e era feito o licenciamento
473 trifásico. Eram 4, 5 e 6 trifásico, e agora surgiu essa opção de LAC. E deixar
474 claro também que o que ocorreu no assunto Brumadinho foi a redução de
475 classe não proveniente da atividade, mas, sim, proveniente da troca de código,
476 digamos assim. O código que queremos dizer é que antes era utilizado o código
477 de disposição de rejeitos, e o código da renovação que foi utilizado foi o código
478 de descomissionamento, de reaproveitamento. Mudou a atividade. Na última
479 reunião do Fórum Mineiro de Comitês, que eu estava aqui em Belo Horizonte, o
480 Fórum se manifestou para solicitar ao Estado para equalizar esses dois códigos.
481 O que significa isso? Tanto o descomissionamento quanto a disposição de
482 rejeitos em barragem seriam considerados como classe 6. No meu
483 entendimento, eu estava na reunião e falei 'não é isso que temos que fazer, o
484 que nós temos que pedir ao Estado para analisar é a redução de classe
485 proveniente da troca de código, uma vez que ele tem um passivo ambiental
486 existente ali, que é a barragem que já foi feita, construída, está pronta'. Não foi
487 acatada a minha discussão, e eu acho que toda discussão que nós formos levar
488 talvez utilizemos muito aquela postura de culpar alguém. Eu acho que essa não
489 é a solução, nós temos que achar o que mudou e o que pode melhorar,
490 considerando Mariana e Brumadinho. Como eu disse anteriormente, eu já era
491 conselheiro aqui do COPAM Assembleia quando estava na discussão da nova
492 DN, a 217, que começou em 2015, 16, sei lá. Veio discutindo, discutindo, previa
493 a criação da Suppri, com essas mudanças na lei, e realmente os códigos não
494 mudaram. Eu lembro que houve uma discussão muito forte. Mas essa tabela é
495 nova, veio com algumas mudanças. Anteriormente, classes 4, 5 e 6 eram tudo
496 trifásico, e agora vieram LAC1 e LAC2, o licenciamento ambiental concomitante.
497 Quanto à fragilidade, que está sendo muito criticada, desse licenciamento
498 concomitante, realmente, eu tenho que discordar de você porque o
499 licenciamento ambiental trifásico, na verdade, não era trifásico, era bifásico,
500 porque Licença Prévia e de Instalação na maioria das vezes eram
501 concomitantes. Então o empreendedor tinha que apresentar todos aqueles
502 controles, todas as condicionantes, tinha que apresentar para o Estado, que
503 geralmente fiscalizava ou, entre aspas, 'auditava' aquilo para, assim, passar
504 para a etapa de operação. O Estado verificava se estava tudo ok com
505 instalação, com laudos, com certificados, com tudo, para passar para operação.
506 Essa é a crítica que está sendo construída, principalmente da sociedade civil. E
507 quanto ao que você falou de morosidade, de problemas pelos quais o Estado
508 sempre é criticado, eu vou te dar o nome de quem é a culpa disso: Fiemg, com
509 todas as letras, porque a Fiemg, enquanto está tendo esse problema de
510 Brumadinho, discussão aqui em Belo Horizonte, todo mundo com o cabelo em

511 pé, todo mundo bravo, eu vim aqui à reunião do Fórum Mineiro. Você já
512 apresentou isso na CMI? Prepare-se porque a Teca você já conhece. O pessoal
513 da sociedade civil está de cabelo em pé, e, no mesmo dia em que estava tendo
514 reunião aqui em Belo Horizonte do Fórum Mineiro, a Fiemg estava em Patos de
515 Minas falando que o Estado é muito moroso, falando que o Estado é o culpado
516 disso tudo, que o Estado não tem controle. Então eu acho que chegou o
517 momento de aproveitar que a Fiemg vai estar na sexta-feira e botá-los no colo:
518 ‘Vocês estão nos pressionando’. É o tempo todo, que a Fiemg que pressionou
519 para criar a Suppri, que a Suppri, Superintendência de Projetos Prioritários,
520 quando houve a discussão de criação eu falei aqui no COPAM Assembleia:
521 ‘Não devemos fazer isso, vai beneficiar única e exclusivamente a indústria.’ O
522 agronegócio, na época, pulou alto e falou ‘você está querendo atrapalhar’.
523 Sendo que agronegócio não é prioritário, não é utilidade pública. E o que vai
524 para a Suppri é utilidade pública, que são mineração, geração de energia
525 elétrica e infraestrutura. Então nós temos que tentar manifestar, este Conselho,
526 de forma construtiva para o Estado para tentarmos ter um pouquinho mais, não
527 de controle, mas, sim, de regular essas exigências que vêm desses órgãos.
528 Porque a Fiemg a vida inteira culpou o Estado de ser moroso, sempre falou que
529 deveria acelerar o processo e, por outro lado, estimulou a fragilidade, digamos
530 assim. Porque bota pressão para o licenciamento ser de forma única, coloca
531 pressão para analisar rápido, coloca na Suppri para o processo passar na frente
532 de empreendedores e mais empreendedores do agronegócio que estão
533 esperando na fila para licenciar há muito tempo. Então eu acho que nós temos
534 que buscar esse entendimento, porque não é culpa do Estado. Eu não entendo
535 que é culpa do Estado, é culpa da empresa. Mas o Estado está sucateado, nós
536 temos que buscar ajudar a estruturar o Estado e ajudar a ter esse tipo de
537 controle sem essas pressões de fora. Nós entendemos que a Fiemg é o bam
538 bam bam da história, mas temos que lembrar que vidas estão aí correndo
539 perigo. Eu acho que é isso e vou te dar um conselho: ‘Mude um pouquinho o
540 tom da sua apresentação porque ficou parecendo que está sendo simplista
541 demais, e o Estado tipo tirando das costas. Eu acho que na hora em que você
542 colocar isso na frente da sociedade civil, tipo de alguém mais radical, vai ser
543 desafiador. Mas, parabéns, eu acho que é isso aí, e vamos tentar buscar
544 alguma coisa para minimizar um pouco esse conflito.” Daniel dos Santos
545 Gonçalves/SEMAD: “Obrigado pelas palavras. Sobre a questão de
546 concomitância, nós temos que voltar um pouquinho à questão jurídica. O artigo
547 24 da Constituição Federal não é à toa que está lá, ele dá a obrigação de todos
548 os entes federados de legislar sobre direito ambiental. Nós temos a Conama
549 237, que estabelece as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, ou seja,
550 o modelo trifásico é da Conama, mas a União legisla de forma geral para todos
551 os Estados da Federação. O Sudeste brasileiro é diferente, o número de
552 empreendimentos no Sudeste é muito maior do que no Amazonas, do que no
553 Nordeste. Então no Sudeste brasileiro – São Paulo, Espírito Santo, Rio de

554 Janeiro e Minas – o licenciamento ambiental concomitante não é e nunca foi
555 novidade. Há artigos acadêmicos no Ministério do Meio Ambiente falando sobre
556 isso, que o Sudeste, por ter que trabalhar a questão do desenvolvimento
557 econômico, tem que optar pelo licenciamento concomitante como uma forma de
558 sobrevivência da atividade de licenciamento mesmo, para tentar conciliar os
559 interesses. Então veja essa situação da concomitância para Minas. E temos que
560 também casar com o aspecto fático, número de pessoas, aí começamos a
561 abranger muita coisa. Porque aí reduzimos em um terço o número de processos
562 administrativos. Não adianta ter condicionantes nos processos se as
563 condicionantes não conseguem ser analisadas. Trabalhando com processo
564 único, passamos a ter mais condição de analisar o licenciamento. Então se tiver
565 vários processos com várias condicionantes e ter que triplicar o número de
566 pessoas também não adianta. Aí não entra nesse mérito, porque aí começamos
567 a divagar em um monte de situação. A minha posição – eu tenho que concordar
568 também – é muito técnica-jurídica. Eu sei da opinião da sociedade, nós vemos
569 na mídia os ataques, mas ainda assim temos que ser firmes nesse sentido. Não
570 podemos abrandar. É claro que as opiniões são politizadas, então precisamos
571 manter esse perfil técnico-jurídico. Se tiver opiniões técnicas-jurídicas
572 confrontando, entramos em debate. À medida que isso entra no seio social, e
573 começamos a politizar, eu acho que aí não é nem o meu papel aqui como
574 técnico. Então é nesse sentido só para esclarecer.” Conselheiro Enio Resende
575 de Souza: “Daniel, eu queria te cumprimentar aqui também, parabéns pela sua
576 exposição, que foi muito esclarecedora, muito coerente. E eu, particularmente,
577 já milito nessa área há muitos anos e entendo que a sua abordagem foi correta.
578 Entendo perfeitamente. E como mencionamos anteriormente – a Rosa, eu e
579 outros conselheiros –, de fato, a falta de referência técnica, de modelos, de
580 metodologia fragiliza muito o processo de licenciamento. Mas eu entendo,
581 pessoalmente, que a DN 217, por exemplo, foi um grande avanço. Eu queria
582 destacar aqui que a LAC começou, de fato, na agricultura. Fomos nós, do setor
583 agrícola. Historicamente, nós sempre reivindicamos que a agricultura é uma
584 atividade que tem suas particularidades. Quando alguém compra uma vaca
585 leiteira, você tem uma propriedade, você comprou sei lá quantas vacas leiteiras,
586 você já está instalando e operando no dia seguinte, porque a vaca não vai parar
587 de produzir. Então a nossa atividade agrossilvipastoril – eu falo ‘nossa’ aqui por
588 causa da nossa Câmara – tem particularidades que nós, de forma até pioneira,
589 na época – o Carlos Alberto se lembra muito bem disso –, reivindicamos um
590 tratamento diferenciado para a atividade agrossilvipastoril, por causa dessas
591 particularidades. E eu entendo e queria aproveitar esta oportunidade para,
592 rapidamente, também dizer que esse caminho da DN 217 não simplificou, como
593 diz o secretário, não flexibilizou. Ele modernizou. Eu acho que nós temos que
594 reconhecer isso. Agora, aproveitando uma fala do Tobias também, e é uma
595 opinião pessoal minha, e aqui estou falando como cidadão, mas um cidadão
596 que trabalha no setor público – eu sou empregado da Emater –, eu entendo que

597 o Estado tem um braço pequeno. Nós temos poucos funcionários, o nosso
598 braço é curto. Então eu sempre defendi como cidadão e também como um
599 funcionário que nós temos que ter foco, não dá para o Estado, com o bracinho
600 curtinho dele, abrir tudo, igual se fez no passado pegando, no caso, a atividade
601 agrossilvipastoril. Parece que até hoje o critério é 0,1 tonelada de produto
602 agrícola beneficiado. Eu acho que está na listagem D, se não me engano. E 0,1
603 tonelada é 100 kg de café. Por exemplo, se minha avó, a sua avó estiverem
604 torrando café lá na fazenda delas, 100 kg, elas já têm necessidade de licenciar.
605 Algum funcionário do Sistema, talvez o IEF, tenha que ir lá fazer vistoria etc. Eu
606 entendo que isso é falta de foco. Um Estado igual Minas Gerais, que é um
607 Estado minerário, você descreveu ali, todos os acidentes nos últimos 15, 20
608 anos que nós presenciamos foram na mineração. Então como é que nós vamos
609 tratar? Somos poucos funcionários que o Estado tem, Tobias, quando você
610 colocou aquela questão de vinte e tantos por cento na SEMAD, 6% na
611 agricultura, que eu até não vou entrar nesse detalhe. Mas eu entendo o
612 seguinte, que o Estado precisa ter foco, foco naquilo que é importante. O que
613 que tem causado problema e dano ambiental aqui no Estado de Minas Gerais?
614 Não eximindo a nossa culpa, a agricultura tem muita coisa, a suinocultura,
615 avicultura, bovinocultura intensiva, barragem, piscinão. Mas eu acho assim: não
616 dá para tratar todo mundo da mesma forma. Eu acho que o Estado deve ter
617 uma atenção muito mais rigorosa com a questão da atividade minerária, pela
618 sua característica.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu vi essa
619 apresentação ontem, e o Malard, que é um superespecialista nessa questão de
620 licenciamento, fez alguns esclarecimentos importantes também. Mas eu estou
621 entendendo que o objetivo dela é esclarecer os conselheiros do Sistema
622 COPAM de que a SEMAD não tem culpa no acidente. É dessa forma que eu
623 estou enxergando. Mas o Daniel, apesar de muito bom professor, muito bom
624 expositor, você tem que descobrir. Então apoiando ali o representante do
625 Mover, lá na CMI tem que ser mais contundente, porque realmente deve ser
626 uma reunião complicada. Mas de qualquer forma, para nós que temos uma
627 noção do que é licenciamento ambiental, antes mesmo da apresentação, já
628 sabíamos que realmente não existe causa e efeito de culpabilidade da SEMAD
629 nessa história. Mas eu queria dizer também que a Suppri era necessária de ter
630 sido criada, é um bom setor de desenvolvimento da economia. Independente da
631 posição da Fiemg. Aliás a Fiemg não está errada quando fala que os processos
632 estão atrasando, ela está certa, eu também acho que está. A DN 217, que é
633 cantada e falada como um instrumento que modernizou, que criou, tem umas
634 armadilhas para o setor da agricultura, que nós vamos passar apertado para
635 consertar. O setor agropecuário deu azar. O modelo de licenciamento
636 ambiental, o modelo de cuidar das coisas de meio ambiente, que nasceu com a
637 mineração, depois foi para a indústria, depois para a infraestrutura, nós
638 acabamos entrando lá de gaiato. E aí o que acontece? Só para dar um
639 exemplo: o decreto das multas. A mesma multa que dá para uma pequena

640 mineração dá para um pequeno agricultor; R\$ 10 mil lá, o fluxo de caixa dele
641 sente, mas não sente muito; R\$ 10 mil aqui quebra. Eram essas breves
642 palavras. Mas a respeito do acidente o que eu falar aqui é muito pouco do que
643 já saiu na empresa, do que todos nós já entendemos, não tem muito o que falar.
644 Mas a Vale do Rio Doce, os funcionários da Vale, a diretoria da Vale não
645 podiam deixar isso acontecer. Não foi acidente. Estava aqui explicando nosso
646 colega do Crea, aquela questão da água, todo mundo viu aquilo que passou na
647 televisão, ela desabando ali. Enfim, não podia ter acontecido.” Conselheira
648 Rosa Maria Medeiros: “Eu gostei muito da apresentação do Daniel, acho que é
649 esclarecedora e consolida algo que a gente já vem acompanhando e
650 compreendendo melhor ao longo das nossas pesquisas, dos noticiários. Enfim,
651 realmente, essa impressão que o Carlos Alberto teve da isenção da SEMAD em
652 relação ao processo, nós, enquanto conselheiro, realmente compreendemos em
653 parte, mas eu acho que a autocrítica é importante em vários aspectos. Que eu
654 faço aqui também e volto a falar das mudanças necessárias. Porque a princípio,
655 da forma como está colocado, ‘está tudo direitinho’. Por que aconteceu isso se
656 tudo foi da forma como está colocado, dentro da legalidade, dentro dos
657 princípios e tal? Então não é bem assim. Ainda fico eu na dúvida se foi dada a
658 licença para o descomissionamento sem necessariamente se analisar a questão
659 da segurança de barragem. Se o negócio tivesse sido alterado e se a barragem
660 não tivesse rompido no dia 25 de janeiro, teria sido pouco depois, e um monte
661 de coisas teria acontecido da mesma forma como aconteceu. E com uma
662 Licença de Operação. Enfim, tem os inquéritos que estão ocorrendo nas
663 investigações da responsabilização da própria Vale. E a palavra que faltou aí,
664 Carlos Alberto, é que realmente a Vale não podia ter deixado isso acontecer.
665 Isso é um crime. É disso que estamos diante, não tem como omitir esse crime
666 que estamos vivenciando contra nós todos, a sociedade toda. Mas na questão
667 da autocrítica eu volto a falar das mudanças de legislação. Na verdade, o
668 modelo de licenciamento continua sendo um licenciamento que é estático. A
669 avaliação de risco, por exemplo, ainda não foi incorporada nas nossas análises,
670 do risco ambiental, da colocação daquele empreendimento ali, o risco
671 alternativo de não se colocar, o valor alternativo de não se colocar aquele
672 empreendimento ali e pensar em outras alternativas econômicas. Então tem
673 uma questão maior que temos que avançar também quando falamos em
674 ambiente. Nessa análise holística que vocês estão colocando, nesses termos,
675 hoje, só ficamos no valor econômico-financeiro, mas nos outros valores que
676 podem ser valorados ali ainda não avançamos. Então nesse sentido eu acho
677 que nós temos muito que debater, crescer, amadurecer e incorporar na nossa
678 legislação, fazendo valer também sempre os princípios de prevenção e
679 precaução. Parece que esses princípios são os princípios que impedem o
680 desenvolvimento, mas são fundamentais na questão ambiental, não tem como a
681 gente correr disso também. Outro aspecto importante também que falamos de
682 alteração de legislação são as autuações propriamente, as multas. ‘Multa isso,

683 multa aquilo, mas o Ibama não recebe os valores das multas’. Realmente não
684 recebe, porque entra na Justiça, tem recurso e tal, mesmo administrativamente.
685 O processo tem que correr, leva-se tempo. Nesse meio-tempo, a empresa entra
686 na Justiça. Enfim, eu não estou preocupado com essa questão, mas podemos
687 pensar na conversão de multas, valorizar esse avanço que estamos tentando
688 fazer. O Ibama, em 2017, publicou o decreto, fizemos a normativa para
689 implantar os projetos de conversão de multas e ainda estamos longe de avançar
690 nisso. Mas já temos posições dentro do governo querendo revogar isso tudo.
691 Agora é muito mais interessante que vejamos esses valores de multa sendo
692 aplicados para conversão mesmo da multa em serviço de melhoria. Isso é
693 gritante, a sociedade está pedindo isso. ‘Multas em R\$ 50 milhões, em R\$ 200
694 milhões, e o dinheiro não é colocado na recuperação’. Então tudo isso está
695 gritante, eu acho que temos que realmente avançar nossas discussões
696 ampliando mesmo nossos conceitos.” Daniel dos Santos Gonçalves/SEMAD:
697 “Só para esclarecer, eu acho que dá para finalizar. Agradeço também as
698 palavras do Carlos, da Rosa. Com relação à licença concedida para operar, eu
699 acho que é importante falar também que, mesmo se tivessem operado, na
700 verdade, eles não poderiam operar só com a licença ambiental, porque a licença
701 é só uma das autorizações necessárias para exercer atividade de
702 reaproveitamento. A atividade de reaproveitamento, mesmo com a licença
703 ambiental, a legislação federal exige do empreendedor revisar o seu plano de
704 segurança de barragem, apresentar na ANM, adquirir um novo laudo de
705 estabilidade, se fosse o caso. E esse procedimento nem foi iniciado junto à
706 autarquia. Então eles não poderiam e não operaram. Isso o presidente deixou
707 bem claro, inclusive, na sua fala, porque ainda se exigia um trâmite junto à
708 União. Então não é a licença que concederia esse direito de operar. Quanto às
709 ações que a Rosa abordou, a questão da análise de risco do licenciamento
710 ambiental, eu acho que até hoje, como posto na legislação, a competência
711 técnica sempre acompanha a competência legal. Se mudamos algumas
712 competências legais, é claro que tem todo um arcabouço para que isso ocorra,
713 como treinamentos. Então o órgão ambiental, até o momento, não tem até
714 capacidade técnica mesmo para adentrar o mérito do que está posto em
715 legislação federal como competência da ANM. Teria que fazer ações de cunho
716 bem abrangente. Apesar de que é uma questão a ser avaliada, sim. Eu
717 concordo com você, com certeza. A questão da apresentação de sexta, só para
718 deixar mais tranquilo, porque na CMI, inicialmente, nem íamos colocar a
719 apresentação. Mas o subsecretário vai fazer essa apresentação, e eu acredito
720 que já está bolando um esquema para que isso ocorra de uma forma mais
721 tranquila, porque realmente é um pouco diferente do que a gente está
722 conversando aqui hoje, tem uma pressão muito maior na reunião de sexta.”
723 Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “A questão de Brumadinho é
724 muito triste, mas eu gostaria de voltar aqui por uma fala que eu não entendi
725 direito de você, no início, sobre a questão da reservação de água para os

726 empreendimentos agrícolas, que foi motivo de discussões aqui, essas
727 barraginhas etc. E você falou que não são atribuições do IGAM. Eu acho que é
728 necessário provocar a realização de uma legislação para embasar tanto o
729 licenciamento ambiental aqui pelos conselheiros quanto também dar uma
730 segurança jurídica para os técnicos que são responsáveis pela construção,
731 manutenção e monitoramento dessas unidades de reservação de água para o
732 agronegócio. Eu gostaria que ficasse registrado, mais uma vez, o interesse do
733 Ministério da Agricultura de que o Estado tome uma providência com relação a
734 isso, como um mecanismo de resguardar os produtores rurais.” Conselheiro
735 Rodrigo Carvalho Fernandes: “Só voltando à tragédia, ao desastre de
736 Brumadinho, é surreal a proporção humana, nossos conterrâneos, compatriotas
737 e conterrâneos. Eu não quero nem entrar nessa esfera nem na parte técnica,
738 porque sou leigo, não conheço profundamente mineração, conheço ciências
739 agrárias. E de ciências agrárias eu quero deixar claro, aproveitar esse tema e
740 esse fórum, que a Seapa não se furtou do seu dever sagrado de amparar os
741 produtores rurais. No sábado pós-tragédia, a secretária Ana e nós nos reunimos
742 com a Emater, no sábado à tarde. Então fizemos um minigabinete de crise,
743 onde todo o Sistema Agricultura – IMA, Emater e Epamig – esteve na linha de
744 frente amparando os produtores rurais. Nós visitamos in loco mais de 500
745 produtores, uma equipe multidisciplinar, principalmente do IMA e Emater.
746 Ninguém tem a confiabilidade que a Emater tem com os produtores rurais, a
747 Emater entra pela porta da frente da casa dos produtores. Então nesse
748 momento até para ampará-los, subsidiá-los, foram feitas todas essas ações.
749 Nós temos qualificado os nossos fóruns e tudo com mais detalhamento, mas já
750 pensando no dia posterior. Então toda a nossa tecnologia a serviço dessas
751 ações, o Sistema de Defesa Agropecuária do IMA, que mapeia toda a área
752 animal e vegetal; os sistemas que a Emater tem. Então todos os levantamentos
753 pensando já nas perdas econômicas. A gente não consegue mensurar o fator
754 humano, mas economicamente também temos que ampará-los. Então tudo que
755 o Sistema de Agricultura tem de prontidão já qualificado, com toda tecnologia,
756 com softwares até da SEMAD. Também no CAR, nós fizemos alguma
757 interpolação, alguns cruzamentos de dados. Então todo esse inventário da área
758 animal, acompanhado pelas fotos do cinturão verde, toda a parte de HF foi
759 arrasada. Toda parte vegetal e animal, todo Sistema de Agricultura esteve
760 envolvido, e não nos furtamos de amparar nossos produtores rurais. Então eu
761 só queria aproveitar este item de pauta para elucidar isso. Lógico que isso está
762 mais qualificado nos nossos portais e em todos os veículos de comunicação.”
763 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Na minha fala, eu esqueci de destacar
764 um ponto, que ontem na reunião do Comitê do Paracatu teve apresentação
765 sobre as barragens da Kinross, que existem em Paracatu. Eu acho que são as
766 maiores barragens do Brasil. Não sei exatamente. E eles apresentaram lá. Na
767 fala do Daniel, ele falou que existem três tipos de barragens, e em Paracatu são
768 utilizados outros dois métodos: a montante e linha de centro. Em ambos, é

769 muito importante a estrutura que eles conseguem instalar, que é o sistema de
770 drenagem, o que não acontece na barragem a montante. Então por isso que é
771 muito importante que o Estado evolua mesmo nessa discussão de acabar com
772 todas as barragens a montante. Esse sistema de drenagem é muito importante
773 para não ocorrer a umidificação do talude para o lado externo. Existe uma
774 diferença de pressão notória. Então é só para trazer essa informação de que lá
775 em Paracatu eles fizeram essa apresentação. Foi uma apresentação muito boa,
776 longa, muito técnica, apresentando que essas duas estruturas estão bem
777 sólidas e trazem um certo tipo de segurança para nós. E outra coisa é só em
778 acordo com o Carlos Alberto, que existe até um exemplo muito fácil disso, que
779 são as barragens de irrigação. Passou de 150 hectares, é considerada classe 5.
780 Então imagine um produtor rural que está ali com barragem. Eu acho que a
781 barragem de reservação de água, por mais que nós precisamos ter controle,
782 laudos etc., querendo ou não ela traz vida para o local. É muito benéfica. Por
783 mais que se utilize ali de alguns corpos d'água, são impactados. Realmente tem
784 um impacto em cima da ictiofauna, em cima de toda fauna como um todo, mas
785 quando tem área de preservação permanente definida, tudo direitinho,
786 caminhamos para um ponto positivo. Então é só para dar esse exemplo
787 mesmo.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Agradeço as manifestações.
788 Teremos oportunidade, futuramente, esse assunto é de grande relevância, a
789 tragédia ainda está em curso. Nós teremos outras oportunidades de discutir o
790 tema.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**
791 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 6.1) Espólio de Nélio Leopoldo Soares. Fazenda**
792 **Jacaré. Suinocultura (ciclo completo), serralheria, fabricação de**
793 **esquadrias, tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de**
794 **artigos de caldeireiro, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e**
795 **búfalos de corte (extensivo), criação de equinos, muares, ovinos, bovinos**
796 **de corte e búfalos de corte (confinados), tratamento de água para**
797 **abastecimento, postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**
798 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**
799 **postos revendedores de combustíveis de aviação, formulação de rações**
800 **balanceadas e de alimentos preparados para animais. Jequeri/MG. PA**
801 **04781/2004/003/2017. Classe 5. Apresentação: Supram Zona da Mata.**
802 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
803 favoráveis: Crea, Ufla, MAPA, Seapa, Ibama, AMS, Emater, Fetaemg, Mover e
804 Faemg. Ausências: Seda e Segov. O conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho
805 registrou a seguinte manifestação acerca da elaboração do Parecer Único: “Já é
806 a terceira vez que eu me refiro aos trabalhos da Supram Zona da Mata em
807 suinocultura e me refiro positivamente. Neste caso, vai ser a mesma coisa.
808 Afinal de contas, são 70 mil animais nessa granja, vamos falar assim. São
809 diversos aspectos. Primeiro a elaboração pelo RT, que me parece muito boa. É
810 um colega com registro no Crea do Espírito Santo. E a análise da equipe é

811 muito boa. Eu queria destacar um aspecto. Como eles interpretaram,
812 sabiamente, a construção de galpões de suinocultura em áreas de APP,
813 respeitando a lei, aceitando isso tudo, que dá quase 1 hectares de construção,
814 e como foram redigidas as condicionantes justamente para monitorar esse
815 trabalho aqui. Eu diria que houve época em que se tinha muito medo de fazer
816 alguma coisa na área de APP. Hoje, como está muito bem colocado aqui, a
817 análise está muito bem-feita na parte técnica, na parte ambiental, e eu queria
818 mais uma vez parabenizar a equipe da Zona da Mata. Esse aqui é um trabalho
819 que é próximo a mim, a suinocultura, acabamos vivendo um pouco da
820 suinocultura. E dizer que, da nossa parte, a aprovação é tranquila.” 7)
821 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE**
822 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Luiz Henrique de Almeida Penha. Sítio Meu**
823 **Xamego. Suinocultura, formulação de ração para animais para consumo**
824 **no próprio empreendimento. Machado/MG. PA 04181/2005/006/2019. Classe**
825 **4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b).**
826 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** Licença renovada por unanimidade nos
827 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Mover, MAPA, Ufla, Crea, Seapa,
828 Ibama, AMS, Emater, Fetaemg e Faemg. Ausências: Seda e Segov. 7.2) **Airton**
829 **José Magni. Fazenda Laçador, Santo Antônio, Santana da serra, São José**
830 **da Serra, São Gabriel, Liberdade, Sol Nascente e Santa Raquel,**
831 **denominada Laçador. Culturas anuais, excluindo a olericultura. João**
832 **Pinheiro/MG. PA 02998/2004/002/2006. Classe 5. Apresentação: Supram**
833 **Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.
834 Votos favoráveis: Mover, MAPA, Ufla, Crea, Seapa, Ibama, AMS, Emater,
835 Fetaemg e Faemg. Ausências: Seda e Segov. Retificado pela Supram Noroeste
836 que se trata de Licença de Operação Corretiva e não renovação de licença,
837 conforme constou na pauta. 8) **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
838 assuntos a serem tratados, a presidente Vanessa Coelho Naves agradeceu a
839 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

841
842
843
844 **Vanessa Coelho Naves**
845 **Presidente suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**